

SEDE DA CNI, BRASÍLIA, DF, 23 DE MARÇO DE 1999

Senhor Ministro Celso Lafer, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio; Meu caro Senador e amigo, Fernando Bezerra, que preside esta Casa; da mesma maneira, meu companheiro Carlos Eduardo Moreira Ferreira, companheiro de São Paulo; não de partido ainda – o que ainda quer dizer que ele vem para cá, cuidado! Senhor coordenador empresarial deste Seminário, José de Freitas Mascarenhas; Senhores empresários; convidados; Senhores ilustres conferencistas estrangeiros que aqui se encontram; Senhoras e Senhores,

Eu é que tenho que agradecer a oportunidade de poder começar o meu dia de hoje, se é que é o começo agora, numa reunião desta natureza, na qual, fomos já brindados por esse discurso enxuto, direto e competente do nosso Senador Fernando Bezerra. Ele insiste em que me convida não só como Presidente da República, mas como intelectual, o que me dá mais liberdade de estar esta manhã, aqui, podendo conversar sobre um assunto dessa importância.

E mais, a citação que acabou de ser feita pelo David Lands me deixa cheio de alegria, porque sou freqüentemente acusado de ser

otimista, de ver as coisas de um ângulo róseo, quando devia ser mais pessimista. Mas tenho a contrapartida também do Vice-Presidente da República, que costuma dizer o seguinte: o otimista, às vezes, erra; o pessimista já começa errado. De modo que concordo inteiramente com a afirmação aqui feita. E queria, dito isso, falar, como já disse, com certa liberdade sobre os temas que estão aqui sendo postos à mesa pela Confederação Nacional da Indústria.

Não preciso dizer, Senhor Senador Fernando Bezerra, o quanto estou grato pelas suas palavras e pelo modo como se referiu a mim e à situação do Brasil neste momento. Creio que nós coincidimos no que foi dito por Vossa Excelência neste instante.

Todos sabem que, na virada de governo, era minha intenção dar maior empenho à questão do crescimento econômico, do desenvolvimento com estabilidade. Daí a criação do Ministério do Desenvolvimento, palavra agregada à indústria e comércio, e a sua atribuição às competentes mãos do Professor Celso Lafer que, além de ter a experiência industrial, tinha experiência daquilo que para nós, todos, é muito importante: a defesa da nossa indústria em Genebra, na OMC, na luta incessante que temos que travar para a busca de nichos de mercado e para uma presença mais ativa do Brasil nessa integração na economia global.

É evidente que estamos vivendo, agora, um momento de muitas transformações. O mundo quase sempre vive momentos de transformações. Nunca vejo momentos que não sejam de transformação. Mas, aparentemente, estamos tomando conhecimento, de forma mais generalizada, das grandes transformações que já ocorreram e que significam, basicamente, a internacionalização das cadeias produtivas e a afirmação de um novo paradigma tecnológico. E isso se dá num momento especial, em que, ao mesmo tempo, houve, e era natural que assim ocorresse, junto com esse processo, uma enorme transformação no sistema de financiamento mundial.

Tive a ventura de poder ler, recentemente, um trabalho publicado, não me lembro se foi uma publicação americana, em que se fazia uma síntese do pensamento de Lorde Keynes, a respeito exatamente

desses dramas que nos afligem, da globalização, do que fazer com os fluxos de capital, essa coisa toda. E é surpreendente. Os professores, que aqui se encontram, sabem que há um debate correndo o mundo, a respeito, enfim, das críticas às políticas chamadas ortodoxas, monetaristas, e uma espécie de tentativa de volta ao que alguns chamam de “neokeynesianismo”. Basta ler o debate de Lorde Keynes na formação daquela ordem mundial, em Bretton Woods, para verificar que não é necessário nenhum “neokeynesianismo”. Basta Keynes.

De maneira absolutamente brilhante e pertinente, a proposta então, em Bretton Woods, levada por Keynes, era que, diante do que ia acontecer no mundo, era preciso que houvesse uma espécie de Banco Central dos bancos centrais. Que houvesse uma espécie de emprestador de última instância, hoje e então combatido pelo risco do *moral hazard* – risco moral – que todos temem tanto. Temo outros riscos. Mas, de qualquer maneira, a visão já era muito clara, em Bretton Woods, de que o Fundo Monetário e o Banco Mundial, que se estava estabelecendo – na época que se propunha não existia, ainda, sequer, o Fundo Monetário Internacional – eram necessários, como o que o Presidente Clinton falou lá, recentemente: fundos de contingências. Ou seja, recursos à disposição de países que, no processo de integração à ordem mundial, tivessem alguma dificuldade, não apenas de balanço de pagamento, por um desequilíbrio momentâneo, mas dificuldade de qualquer ordem, no próprio sistema monetário. Essas idéias não foram aceitas, sobretudo pelo Departamento de Tesouro dos Estados Unidos.

Aqui o Ministro Delfim Netto, que tem mais experiência do que eu de lidar com o Departamento do Tesouro, sabe que é difícil, muitas vezes, convencê-lo de certas obviedades. Porque são obviedades para aqueles que estão do lado de cá do mundo, mas não são obviedades para os que estão no outro lado do mundo, e nem são do interesse dos que estão no outro lado do mundo. Então, há sempre a idéia de que, com essas integrações – como aqui acabamos de repetir – nós precisamos de isonomia, precisamos de condições de competitividade. Parecem ser tentativas de evitar o risco, tentativas de evitar

a necessidade da competição, quando na verdade não é isso. Trata-se, efetivamente, de situações estruturais diferentes no mundo.

Bem, nós estamos passando, agora, por um momento dessa natureza, em que, depois de termos avançado, enormemente, nos processos de integração produtiva, de cadeia de produção, novos paradigmas tecnológicos, uma multiplicação do comércio mundial e, junto com isso uma enorme expansão das formas de financiamento e as formas mesmo de fluidez dos capitais, há uma acomodação de todo esse sistema.

No caso específico do Brasil, essa acomodação nos pega num momento bastante delicado. É óbvio que hoje tudo muda com muita rapidez, inclusive a questão relativa à produtividade. Quando foi introduzida a industrialização, levavam-se setenta anos para baixar os preços no nível compatível, como, por exemplo, se baixa preço em sei lá, em certos circuitos de produção hoje em dia. Hoje, se pode baixar em três, quatro anos. É uma baixa imensa. Isso provoca uma transformação extremamente rápida de todos esses procedimentos. Então é natural que haja uma espécie de sensação, que nós todos temos, de concentração, de densidade histórica em algum momento.

Pois bem, nós aqui estamos em pleno processo – como disse o senador Fernando Bezerra – de adaptação do sistema produtivo brasileiro às novas condições de competição. Isso significa, evidentemente, as novas bases tecnológicas, a abertura da economia e o requerimento fundamental, também, aqui, enfatizado, que é o da estabilidade. Esse processo está em marcha, o custo dessa marcha, de alguma maneira, foi alcançado pelo outro processo, a que já me referi aqui, das modificações globais do sistema de financiamento do mundo.

As crises mais recentes – a crise da Ásia, a crise da Rússia e, de certa forma, a do México anteriormente – de forma diferenciada, alcançaram vários países que estavam nessa fase de integração à economia internacional, nos novos modelos, nos novos paradigmas.

No nosso caso, a mim me corresponderam, depois que fui eleito Presidente da República, todas essas crises, porque, na verdade, em

dezembro de 94 aconteceu a crise do México. E, quando assumi o governo, em janeiro, tivemos que enfrentar, imediatamente, as conseqüências da crise do México e toda sorte dos desequilíbrios ocasionados por isso, numa tentativa de acertar o câmbio em fevereiro ou março de 95, com taxas de juros elevadas e dificuldades para a estabilização.

A estabilização é indispensável, produz uma série de efeitos e alguns são efeitos dolorosos. No nosso caso, já em 95, sentimos os efeitos doídos, no sistema financeiro, no sistema bancário. E tivemos que enfrentar a crise bancária, nos antecipamos aos japoneses que, até hoje, estão tateando sem saber como resolver os bancos deles. Nós fizemos o nosso Proer, que permitiu o saneamento do sistema financeiro, com taxas de juros se acomodando, e as taxas de crescimento começaram outra vez a aparecer. Em outubro de 97, veio a crise da Ásia e, outra vez, fomos alcançados pelos seus efeitos. Estes nos levaram de novo à elevação de taxas de juros, a políticas defensivas, para verificar se seria possível superar as conseqüências negativas, momentâneas, por certo, sem perder o rumo, e o rumo é a estabilidade, é a aceitação desse novo paradigma de competição, de desenvolvimento tecnológico, de elevação da condição de treinamento, de capacitação da mão-de-obra. Pois bem, em 97 houve reação muito forte de nossa parte. Em 98, com a crise da Rússia, novamente, as mesmas dificuldades, os mesmos desafios se colocam à economia brasileira.

Aqui cabe uma discussão, que não vou travar, até porque, embora o convite seja para o intelectual, sou Presidente da República, mas diz respeito a por que agora, não antes, por que se fez, não se fez, o sistema de câmbio, isso e aquilo. Vou apenas dizer algo que me parece relevante para a questão de discutir o nosso futuro. É que a idéia fixa, minha e do governo, sempre foi a de que sem que se conseguisse a estabilidade não iríamos ter condições de levantar, no país, as energias necessárias para uma integração competitiva. E que sem essa integração competitiva, se não houvesse a possibilidade desse desafio da competição, isso não seria possível. Essa competição implica a abertura da economia também, pois nós não teríamos condições de absorver, com a rapidez necessária, o novo paradigma tecnológico.

Então, a idéia de provocar as condições para a estabilidade, ainda que ela tivesse um custo, foi a dominante. Depois, havia a seguinte questão: esse custo, ou melhor, a condição colocada para manutenção dessa estabilidade, não significava negar a necessidade de certos ajustes, ou seja, a questão famosa da valorização do real. A questão que se colocava era fazermos um *soft landing* ou não. A tentativa foi de fazer um *soft landing*, ou seja, no decorrer do tempo, que fosse possível ir ajustando as condições da política monetária, de tal maneira que ela fosse dando condições crescentes para que o setor produtivo pudesse, com a baixa da taxa de juros decorrente desse ajustamento, se acertar.

Tem razão, Senador Bezerra, como isso foi lento. O preço a ser pago foi alto por parte de certos setores de produção. Não foi alto do ponto de vista – foi alto também, mas foi menos alto do ponto de vista das camadas mais pobres da população. Por quê? Porque os ganhos da estabilização são muito diretos sobre a renda. E, portanto, sobre o bem-estar da população. Há sempre um *trade-off*, uma balança. Vai-se, digamos, ver quem é que vai pagar um preço maior ou menor das políticas que estão sendo adotadas.

A prova de que o custo não foi mais alto do ponto de vista das camadas mais pobres é que fui eleito e reeleito. Essa é a prova evidente disso, porque o povo não elege alguém porque é a favor de Paul Krugman ou contra Paul Krugman, porque é a favor de Keynes ou contra Keynes. Quer saber se é a favor do estômago ou contra o estômago. Se é a favor do trabalho ou contra o trabalho. É óbvio. São coisas muito concretas que movem o comportamento das grandes massas da população. Então houve um certo *trade-off* nessa matéria.

A persistência nessa política, as condições de persistência começaram a desaparecer quando houve a crise da Rússia, porque ela produziu um impacto muito grande sobre a oferta de recursos financeiros no mundo. Houve um encolhimento desses recursos. E, evidentemente, a possibilidade de *soft landing* decorria da existência de capitais que financiassem os *gaps* provocados pela política de valorização da moeda.

Na medida em que desaparecem essas condições objetivas, é claro que o governo tem que tomar outras direções. De vez em quando, vejo discussões nos jornais sobre se teria havido influência de comportamentos eleitorais na tomada de decisões. Ledo engano. Havia convicção, sobretudo por parte dos que dirigem a economia, de que era necessário persistir. No momento em que o Presidente da República se convence de que não há mais as condições objetivas persistindo, ele muda. Qualquer que seja o custo.

Em setembro – antes das eleições – avisei ao País que viriam tempos bicudos, de dureza. E, logo no início de outubro, anunciei esses tempos. E os acordos com o Fundo Monetário foram depois das eleições. Foram em novembro. Logo, não há um encadeamento lógico entre imaginar que houve motivação política para tal ou qual decisão. O que houve foi motivação de manutenção de uma política de estabilização e de discussões a respeito de quais são os limites em que essa política pode ser mantida, e aí sim. E a responsabilidade é do Presidente em dizer: “Bom, não dá mais. Porque não dá. O pressuposto da existência de capitais abundantes desapareceu”.

Mas disse bem, outra vez, o Senador Bezerra, que essas mudanças ocorrem como parte de um processo de adaptação do sistema produtivo brasileiro às novas condições mundiais de produção. Não significa uma interrupção desse processo. Significa simplesmente um sacolejão, mas nós temos a responsabilidade de continuar mantendo o rumo. E o rumo, claramente, não pode deixar de ser a busca permanente de uma política de estabilidade – portanto, de combate à inflação – e a criação de condições de aumento da produtividade e de crescimento da economia.

E, aqui, as discussões podem existir, do ponto de vista abstrato, a respeito do papel do setor secundário, ou seja, da indústria, e com respeito ao setor de serviços, agricultura, o peso relativo vai diminuindo. Há muitos anos, fiz um trabalho, conversei muito com um grande amigo meu, o Professor Albert Hirschman, a respeito dessa matéria, que era a questão relativa à estrutura do sistema produtivo na América Latina, comparado com a Europa e com os Estados Uni-

dos. O fato era que, obviamente, a oferta de trabalho no setor secundário industrial, naquela época – isso foi nos anos 60 – na América Latina era muito elevada. Haveria uma diminuição. Na Europa, ainda era muito elevado.

Em termos relativos, certamente o setor de serviços daria mais ofertas de empregos do que o setor industrial. Mas isso não pode significar nunca que o setor industrial deixe de ter um papel fundamental no processo de transformação do sistema econômico. Até porque a agricultura, que no Brasil ainda ocupa bastante gente e é um setor muito importante, crescentemente é *agrobusiness*, crescentemente a cadeia produtiva engloba o setor industrial. E as idéias dos anos 70, tão discutidas, sobretudo por nós, sociólogos, sobre as sociedades pós-industriais, são um pouco simplificadoras. As sociedades não são pós-industriais, continuam sendo industriais. Muda tudo. A indústria muda também, mas o setor industrial continua tendo um papel vital nisso.

Uma outra pessoa que prezo muito, antigo amigo meu, que é professor hoje em Berkeley, Manuel Castells, tem alguns livros interessantes sobre essa questão, que ele chama de sociedades informatizadas, da informática, informacionais, não sei que nome se dá a isso. Mas o fato é que, efetivamente, também aí houve a nova revolução, na questão do sistema de informações, e o que está acontecendo é um entrosamento crescente entre indústria, serviços e agricultura. E nesse entrosamento crescente é óbvio que não tem sentido a discussão: vai desaparecer a agricultura, vai desaparecer a indústria, vai ser tudo serviço. Não vai ser assim, não.

Agora, o que vai ser? Ah, é um paradigma tecnológico. É outro e afeta tudo. Afeta a agricultura, afeta a indústria, afeta os serviços, afeta, portanto, as possibilidades de integração de cada membro da sociedade à produção, porque vai depender, crescentemente, da formação e da capacitação. Vai depender da absorção de elementos de conhecimento, de elementos tecnológicos para que nós possamos avançar. Daí que seja central, em qualquer país, como é o caso do Brasil, que se esteja nesse processo de integração ao sistema produtivo internacional – não há outro caminho.

Qual é o outro caminho? Às vezes, as discussões me parecem tão metafísicas. Qual é o outro caminho? Nós vamos virar. Como Presidente, não posso me referir concretamente a nenhum país para dizer qual é o exemplo do atraso. Mas vamos nos concentrar no Brasil, nos desligar das conexões mundiais para ficarmos fechados e cada vez mais atrasados, quando aqueles que estavam fechados estão se abrindo? Vejam a China. Cuba não se abre porque os Estados Unidos não deixam. Só por isso, porque os cubanos estão loucos para abrir. E vamos procurar nos fechar? Seria insensato, completamente. Agora, vamos nos abrir sem nos capacitar? Seria outra insensatez, porque seria, realmente, participar da divisão internacional do trabalho de uma forma muito desigual. E as vantagens comparativas são mutáveis no tempo. O que foi vantagem comparativa no passado, que é terra abundante e mão-de-obra abundante, deixa de ser.

Então, nem esse recurso se tem. O único recurso que se tem para uma integração competitiva competente é aumentar a capacidade tecnológica, a formação de pessoal, educação, treinamento, etc. Então, não cabe dúvida, aqui nessas modificações todas. O Brasil vai continuar tendo que assumir as suas responsabilidades internas. E, aí, não adianta imaginar que vai ter um Banco Central dos Bancos Centrais, que vai ter oferta ou não de tais ou quais capitais.

Tudo isso é muito importante, mas não nos exige da responsabilidade de fazermos, aqui dentro, o que nós temos que fazer. Então, se bem é verdade o que eu disse, como disse, que tudo está condicionado por fluxos que são internacionais, que, de repente, num dia de céu azul, como se diz num ditado em alemão, vem um raio e te quebra a cabeça. A nossa cabeça quebrou tantas vezes que não vamos nos preocupar, porque estamos com um pedaço de platina que resiste bastante.

Então, temos é que resistir a isso, mas temos que tomar as medidas necessárias, aqui dentro, para que continuemos avançando. E, de novo, aqui, a agenda está posta, no Brasil, com toda a clareza e com toda a tranqüilidade.

Recentemente, dei algumas entrevistas e algumas delas foram interpretadas de maneira, a meu ver, um pouco precipitada, sobre essa

matéria. Por quê? Qual é o pensamento meu e do governo? O pensamento é que temos que seguir adiante com a agenda das reformas. Já fizemos muitas modificações no Brasil. Infelizmente, as modificações para ser feitas, essas que dizem respeito à adaptação da nossa sociedade – não é a da economia – da nossa sociedade ao desafio desse novo mundo, são quase todas amarradas por algum dispositivo constitucional. Isso é algo que, sobretudo para o público estrangeiro, é muito difícil de entender, que aqui para mudar o imposto eu tenha que mudar a Constituição. É uma coisa, realmente, complexa de ser entendida, e não posso nem me queixar porque fui co-autor da Constituição. Mas é assim.

Então, isso requer, por um lado, uma construção política permanente. Acabei de brincar com meu querido amigo, Vice-Presidente da Federação, porque é de um partido diferente do meu, mas somos da mesma base. E aqui, basta olhar para o Ministro Delfim Netto – a quem já citei – é, também, supõe-se, da base. E é de outro partido. Bom, e por aí vai. E o ex-Ministro Kandir é do meu partido.

Bom, então isso mostra que nós temos que ter uma arquitetura política que não pode ser vista de um ângulo sectário. A sociedade compreende mal. Os malabarismos do nosso presidencialismo, que alguns chamam de imperial – agora já se esqueceram de acusar de imperial, porque dizem que eu estou fraco – são mesmo imperiais. Esse malabarismo que tem que ser feito, não é feito pelo pendor pessoal do Presidente da República. É feito pela necessidade do sistema político, da obtenção de maioria, que assegure a condição das transformações de matérias que requerem três quintos do Congresso. E são matérias, até, algumas corriqueiras, que em qualquer país do mundo, passam com maioria simples. Meu Deus, maioria simples aqui é tão simples! O difícil é a maioria qualificada de três quintos.

Então, essas reformas todas passam necessariamente por essa questão política. Não há como escapar dela. E, quando me refiro à necessidade de aperfeiçoarmos o nosso sistema de partidos, é porque isso facilita o avanço das reformas. Não é em lugar de. Como eu também sou realista, sei que não adianta pedir. Em matéria de refor-

ma política, é pedir que todos os desejos de uma boa democracia se concretizem de um momento para o outro, porque nós temos uma história, uma tradição.

Essa história e essa tradição são muito curiosas. Os que são estrangeiros, os que aqui nos dão a honra da presença, terão alguma dificuldade em entender que o Brasil é um país que tem um Parlamento que funciona há muito tempo, desde 1823. Um Parlamento que foi instituído pelo filho do Rei de Portugal, quando resolveu ser Imperador do Brasil. E que sendo, em certos aspectos, despótico, era um liberal. Foi para Portugal, derrubou o irmão, porque ele era liberal e o irmão, conservador. E aqui ele fechou a Assembléia. Ele abriu a Assembléia e depois a fechou porque ela contrariou a vontade imperial. A partir daí, qualquer Presidente que invente fechar o Congresso deve se lembrar dessa história e não fechar, porque não dá certo.

E o Congresso, apesar disso, desde essa época, funcionou quase ininterruptamente. Terá sido fechado, quando dos golpes, por uns dez anos. Se somarmos todos os anos de funcionamento do Congresso, desde 1823 até hoje, são quase duzentos anos, cento e setenta e tantos anos. Quer dizer, temos uma longa história de Parlamento, uma longa tradição. O Parlamento é forte. O Congresso brasileiro é forte. E os partidos não são tão fortes quanto o Congresso. A tradição partidária não é enraizada nas práticas tradicionais, nos regimes democráticos, em partidos que têm uma base na sociedade, que têm uma certa transparência nas suas decisões, que têm uma ligação que compele o representante a votar de acordo com o partido. Então é um paradoxo difícil de ser entendido, mas é verdadeiro.

O sistema partidário precisa de melhoria, porque o Parlamento é forte. E é muito bom que ele seja forte. E obriga sempre a um diálogo entre o Executivo e o Legislativo, sempre obriga a esse diálogo e não adianta eu imaginar uma reforma de um certo tipo, porque ela vai sair de outro. Vou lutar pelo que acho correto, mas os outros também vão lutar. E vai acontecer aí uma resultante, que é democrática, que vai espelhar diferenças que existem na realidade brasileira, de interesses, de visão do mundo.

Então, o Parlamento é forte e os partidos são menos fortes. A reforma é para fortalecer, um pouquinho que seja, essa estrutura partidária, para facilitar, precisamente, o encaminhamento das reformas essenciais, que são necessárias.

Aqui, disse o Senador Bezerra, e com razão, nós fizemos muita coisa nos últimos anos. Nós quebramos os monopólios na área econômica, que eram um tabu imenso. Nós os quebramos. Avançamos no processo de privatização. Mudamos a estrutura do Estado. As agências reguladoras substituem, crescentemente, a interferência direta do burocrata na decisão da área do mercado. Começamos a ter um Estado que percebe os sinais do mercado. O mercado emite sinais. Agora, ele não resolve as questões. A resolução das questões depende da sociedade e do governo. Ele emite os sinais. Quando o governo é capaz de perceber os sinais ou não reage a esses sinais, de repente, o mercado pode ser avassalador para o bem ou para o mal. Uma sociedade moderna não é uma sociedade em que o mercado emite o sinal e faz o que ele quer. É uma sociedade em que, emitido o sinal, compreendido adequadamente pelo governo e pela sociedade, se busca uma solução, respondendo a esses sinais, mas procurando um caminho. Então, não é uma sociedade em que a política desaparece, em que o governo perde primazia no encaminhamento. Não. É uma sociedade na qual essas duas realidades não podem ser esquecidas. Elas impõem, em certos momentos, as suas regras e emitem sinais. E nem pode existir uma sociedade em que a política, o governo, o Estado não tenham a capacidade de reagir.

Então, começamos a reorganizar o Estado. Estamos em marcha nesse sentido para que esse Estado possa estar, digamos, em conformidade com os desafios do mundo global, do mercado brasileiro e internacional.

Começamos a mexer naquilo que é essencial, que é o equilíbrio fiscal, sem o qual a estabilidade, ainda que ancorada no câmbio ou nos juros, não tem permanência, se não houver, realmente, uma política de equilíbrio fiscal. E equilíbrio fiscal no Brasil significa, basicamente, enfrentar um questão que é a mais difícil de todas, e que não é

só do Brasil, que é o financiamento da Previdência, que é a grande questão do século que vem. Nós avançamos mais que outros países nessa matéria. O Congresso Nacional, graças à crise, foi sensível e votou leis extremamente austeras, sobretudo no setor público, pela primeira vez. Desde que estou no governo, desde o governo Itamar que lutamos por isso, para tentar dar uma certa ordem.

A sociedade precisa se compenetrar dos desafios. No caso da Previdência, acabou se compenetrando. No início parecia – até porque a oposição assim veiculava: era uma política chamada, mas eu não gosto, porque não é neoliberal – que visava acabar com as garantias sociais. Então, era muito difícil avançar a Previdência Social porque a crosta ideológica era essa. Na verdade, o objetivo era outro. Era mostrar que era preciso ter uma política e viabilizar-se a Previdência no futuro, e que viabiliza o funcionamento das finanças públicas desde o presente, sem o que viria a inflação que iria penalizar as próprias camadas mais pobres. Custou e vai continuar custando. Vamos ter que votar novas leis, que já mandei para lá, a respeito da Previdência Complementar, e vamos ter que continuar lutando nas transformações, que agora são infraconstitucionais. E é fundamental, além disso, no aperfeiçoamento na parte de administração, que continuemos a fazer, que se continuem a fazer todas essas reformas.

Sem dúvida alguma, para que possamos dar os passos seguintes, que vamos dar no Brasil, vamos precisar criar condições de financiamento mais adequadas – financiamento para produção, financiamento para casa própria e para construção em geral, financiamento para infra-estrutura. Vamos continuar nas privatizações, porque são essenciais, porque o Estado não tem mais capacidade de acumulação para continuar investindo em certas áreas de infra-estrutura – e não precisa investir em certas áreas de infra-estrutura.

Vamos continuar, portanto, avançando em certas matérias que são centrais, para que se possa dar isonomia competitiva. Isso tudo vai requerer a continuidade da estabilidade porque, sem ela, não vai haver a queda da taxa de juros. Vamos precisar derrubar a taxa de juros, mas não por um ato do Presidente. Já disse isso aqui, nesta casa, uma

vez, quando havia uma grita forte dos empresários, sobretudo os de São Paulo, para que acelerássemos, desvalorizássemos a moeda e baixássemos a taxa de juros. Fizemos, é verdade que no atropelo, e sem que o governo tivesse tido a condição de limitar o processo, porque não tivemos força para tanto, e viram, e estamos vendo o custo disso. Por isso que não se fazia, e não se fazia tão depressa, porque há um certo custo, mas não adianta chorar sobre o leite derramado. Vamos tirar as vantagens, otimisticamente, da situação que se abriu agora.

Então, agora temos condições para, mantido o rumo, combater a inflação, também; e, progressivamente, estamos baixando as taxas de juros e criando condições de financiamento para que a nossa indústria possa ter essa integração competitiva tão almejada. É isso que tem que ser feito, e é também certo. É esse o outro ponto que eu queria abordar: sem uma reforma tributária, não vamos completar esses processos.

Laboram em engano os que imaginam que, quando digo que precisamos das reformas políticas, no âmbito em que mencionei, que são infraconstitucionais, são aperfeiçoamentos do sistema partidário e, não propriamente, uma transformação mais ampla de todo esse processo, isto é para substituir as reformas. Seria contraditório com tudo que fiz no Brasil até hoje, que foi o contrário. Mas não há impossibilidade de, ao mesmo tempo, fazer-se isso, até porque o Congresso tem duas Casas. Enquanto uma Casa toma conta de um processo, a outra toma conta de outro processo.

Em segundo lugar, não vai bastar isso. Já disse aqui. Vamos ter que continuar votando as leis da Previdência Social que já estão no Congresso. E, sobretudo, como condição necessária para que qualquer reforma tenha, realmente, efeito, vamos ter que votar uma lei de responsabilidade fiscal. Esta lei está pronta. Vai ser enviada ao Congresso. Ela é essencial. Porque, senão, vamos ter a repetição desses braços de ferro entre a União, os estados e os municípios a todo instante, porque haverá desequilíbrio numa esfera da Federação. E a esfera que estiver desequilibrada vai jogar na outra a responsabilidade pelo desequilíbrio.

O Brasil é testemunha dos esforços imensos que tenho feito, e o governo todo, para evitar que, a partir de uma demanda justa, que é criar condições de solvabilidade para os estados que, a partir daí, alguns estados criem uma condição de insolvabilidade para o Brasil. Não vou ceder nesse ponto, porque se ceder, estarei indo contra o interesse do povo e contra tudo que construímos nesses anos todos. Não é assim. Vamos ter que manter a responsabilidade fiscal e precisamos generalizá-la.

Devo dizer que, como disse há pouco, nem sempre a sociedade se abre para a compreensão dos processos. A sociedade começou a entender a necessidade da reforma da Previdência. Devo dizer que muitos Governadores, numa reunião que tive com eles na Granja do Torto, foram, para mim, com grata surpresa, defensores extremados das necessidades da austeridade fiscal. Inclusive na questão da Previdência, o que mostra que o grau de consciência dessa matéria se amplia no Brasil. Pois bem, com relação à reforma tributária, uma vez votada essa – essa uma vez não quer dizer primeiro um, depois o outro, é condição lógica, não é condição temporal – lei de responsabilidade fiscal, nós precisamos batalhar para que a sociedade entenda o porquê da reforma tributária.

As sociedades não entendem por que se fala. Não é assim. Há interesses subconscientes, conscientes, enraizados, antagonísticos, conflituosos que são normais, que não permitem que a palavra penetre. A palavra pode penetrar nos corações. Por isso, suma vênica, é mais fácil ser pregador do que ser político. Os pregadores encontram mentes mais abertas, corações mais dispostos a aceitar a linguagem da boa nova – às vezes até profética. Os políticos não têm esse mesmo relacionamento com a sociedade.

A sociedade encontra na palavra dos políticos uma pitada – pitada por generosidade – de desconfiança. Porque acredita que algum interesse não posto sobre a mesa é que está motivando a palavra. E não adianta imaginar que é diferente, porque é assim. No mundo moderno, é cada vez mais assim. E é mais fácil a sociedade acreditar na palavra de descrédito, de crítica, de contra, do que na palavra

positiva, afirmativa. Em certos momentos, isso muda, porque as sociedades se abrem à compreensão dos processos.

Não é uma questão de iluminismo, não é a questão de que a razão vai se sobrepor, não é assim. Se fosse seria mais fácil, bastava uma argumentação. Eu sou meio “habermasiano”, não se preocupem. Sou favorável ao espaço público e ao debate. Mas quando se vê isso numa sociedade, nos interesses públicos, esse debate tem que ser reiterado. E é preciso que se chegue próximo das situações-limite para que, realmente, a boa-nova possa ser aceita como boa e não como camuflagem.

Assim como aconteceu com a Previdência – no fim, as pessoas entenderam, e o Congresso teve uma coragem enorme, em janeiro, de votar medidas, que eu reconheço, duras, contra interesses diretos, muitas vezes, do próprio Parlamentar – vai acontecer com a reforma tributária. Ainda não aconteceu. E quando digo ainda não aconteceu, não é por desânimo, nem é pela visão longínqua do intelectual. É pela compreensão realista do político que sabe que tem que criar condições para que isso aconteça. E que essas condições não significam que a minha vontade é lei. Porque se a minha vontade fosse lei, se a tal Previdência imperial, de que tanto falam, fosse real, não no sentido de monarquia, mas no sentido de ser verdadeira, eu apertaria o botão no hora e estava feito. Só que não é assim. É preciso que haja um processo de ganhar a sociedade.

O governo está convencido, há muito tempo, de que é preciso fazer a reforma tributária. Estou convencido de que agora chegou a hora. E por quê? Não pela vontade minha ou pela vontade do Deputado Germano Rigotto, que é Presidente da Comissão de Reforma, ou pela vontade do Presidente da Federação da Indústria ou dos vários Presidentes, mas porque nós chegamos a um ponto em que a economia está aberta. Vamos manter a estabilidade. A inflação é menor que as Cassandras, como eu digo, gostariam que fosse. A taxa de juros vai cair. Não me perguntem quando nem a quanto, que eu não sei, mas vai. Nós vamos ter, estamos retomando fluxos de exportação. Estamos retomando a vinda de recursos de financiamento. Aí,

vamos nos defrontar com um problema. Apesar de tudo isso, os nossos produtos não são, muitas vezes, competitivos.

E quando se for ver por que não são competitivos, vai se ver que temos um sistema tributário deformado. Essa é a questão. Deformado não tanto porque, perdoem os empresários, mas eu sou um pobre professor, a carga tributária seja tão elevada. Não. A incidência é que está errada. A carga tributária global é discutível porque cada um tem um número, 28 a 30%. O governo não precisa de mais, não é essa mais a questão. A incidência dessa carga tributária está errada, os impostos estão errados, ela é mal distribuída. E ela nem é sempre gasta ou distribuída em termos das responsabilidades que cada esfera de governo assume.

Então, o pressuposto dessa reforma tem que ser da neutralidade quanto aos efeitos distributivos. Não é que o Governo Federal vai querer mais, o estadual mais, o municipal mais, porque se for por aí a briga é infinita e não vai chegar aos 308 votos. Pressuposto tem que ser – eu repito o que disse o Doutor Everardo Maciel, que é o Secretário da Receita. Em geral, os Secretários da Receita querem mais recursos do que o próprio presidente da República. Mas, nesse caso, o Doutor Everardo já disse isso, eu vejo ali o Deputado Ponte feliz da vida com esse pressuposto. O pressuposto é que não se deve, efetivamente, entrar nessa reforma com a idéia de que vamos tirar um pedaço mais. A questão é outra, é de qualidade. Não é de quantidade, é de incidência do tributo, não tem sentido continuar havendo um sistema tributário que, efetivamente, exporta imposto. Não tem sentido. Não vou mudar a Lei Kandir nesse aspecto.

Já estamos ressarcindo estados, ou seja, a União está abrindo mão de uma parte do seu pedaço no bolo para compensar alguns estados que, por causa da Lei Kandir – o Deputado não deve nem ir a esses estados, mas não é São Paulo – estão sendo prejudicados. Mas, no conjunto, a Lei Kandir foi na boa direção e ajudou as exportações e ajudou a produção. Então, não é por aí. Não tem sentido, da mesma maneira, haver uma tributação do consumo, como nós temos aqui ICMS, PIS, Cofins, IPI. Tudo isso em cima do consumo. É irracional.

E ainda mais: por causa da distribuição do bolo, a União prefere aumentar contribuições a aumentar impostos, porque ela não divide contribuição com estados e municípios. Então, o Cofins é a vítima desse mecanismo, porque a renda líquida é maior para a União. E, como a União foi sendo diminuída nos seus recursos, sem que, paralelamente, houvesse um redistribuição de responsabilidades, ela precisa de recursos. Então, a lei vai pelo caminho disponível, que é o das contribuições. É o disponível mas não é o melhor.

Bom, no nosso sistema de ICMS, o que nós fazemos? Os estados “exportam” imposto para outros estados, porque o imposto é cobrado na origem. Isso distorce a cadeia produtiva, da mesma maneira. Ora, então vê-se que cada estado pode modificar a alíquota, por lei, como fez agora São Paulo, e outros farão. Mas quando se vai para uma reunião dos Secretários da Fazenda, no Confaz, basta um vetar para que não se possa modificar. Então, por exemplo, na cesta básica de consumo não se consegue diminuir o imposto, porque um estado que produz feijão, digamos, e que feijão seja muito importante para ele, compreensivelmente, não vai querer baixar o imposto, e paralisa os outros.

Enfim, são tantas irracionalidades que não é possível que não se consiga agora avançar nessa direção. O próprio IPI é cobrado por alíquotas diferenciadas e a transparência dos critérios é relativa. Por que um produto tem x e outro tem $x+10$? Não fica muito claro. Fica dependendo de questões mais ou menos tecnocráticas. Houve influências, o que é tão ou mais grave. Alguns desses impostos são, sabidamente, em cascata, como é o PIS e o Cofins. São impostos em cascata.

Então, não há dúvida nenhuma de que estamos fazendo com que alguns produtos tenham uma tributação muito maior do que os seus similares no exterior. E quando o governo tenta corrigir isso com créditos, por exemplo, no Proex, vem a OMC, como agora, no caso dos aviões da Embraer, e diz: “Não. Não pode – não pode.” É verdade que não diz “não pode” para tudo. Confio na capacidade diplomática do Ministro do Desenvolvimento para mudar essa decisão, que foi errada.

Então, vamos precisar de uma reforma que compatibilize o sistema tributário brasileiro com os outros países, porque, se estamos nos integrando, tem que haver uma compatibilização – com o Mercosul, para começar, e em geral. Então, há uma agenda que começa a ser compreensível à sociedade, desde que partamos da premissa que mencionei aqui, que é da neutralidade distributiva dos efeitos da reforma. Que ninguém queira tirar um pedaço maior para si e que todos juntos nos esforcemos para tirar um pedaço maior para o País e melhorar as condições de tributação e, quanto possível, aumentar a base. Criar impostos que aumentem a base a ser tributada, ao invés de aumentar, de novo, a alíquota sobre aquela mesma base que já está sendo tributada.

Idéias simples. Se não tivermos poucas idéias, idéias simples, não se vai conseguir avançar. Se os impostos puderem ser não-declaratórios, melhor do que o imposto declaratório. Se forem possíveis impostos que tenham um contribuinte substituto, é melhor do que o imposto que não o tenha.

Agora mesmo, na discussão do Congresso a respeito do imposto cujo nome foi variando, se está endereçando a discussão para o melhor caminho. Ou seja, vamos fazer desse um primeiro, mais um passo no sentido da reforma tributária, e não um passo de um imposto a mais. Vamos diminuir um conjunto de impostos. Vamos mudar quem é o contribuinte. Vamos diminuir a sonegação nesse imposto e vamos avançar.

Não cabe a mim, e menos ainda aqui, em um seminário, discutir qual é a melhor técnica de chegar a esses resultados, se é melhor fazer uma reforma global, se se vai pouco a pouco, se se dá os passos, avança aqui, avança ali. Isso é uma discussão do Congresso.

No meio disso está a questão política, que é a questão federativa. Na reunião com os Governadores, na Granja do Torto, eu disse aos governadores que estava disposto a liderar a discussão sobre o pacto federativo, porque por trás de tudo isso a discussão é a do pacto federativo. É dizer qual vai ser a responsabilidade dos três níveis de governo. De que haverá ou não flexibilidade para que os Governadores tenham algum tipo de imposto.

É muito fácil propor transformar o ICMS em IVA – Imposto de Valor Agregado – mas o Governador vai perguntar: “Mas como é que eu ajusto as minhas finanças, se a definição deste valor vai ser dada no Congresso Nacional e não por mim?” É preciso buscar uma resposta para isso. Há exemplos. Nos Estados Unidos, os estados podem botar um delta sobre certos impostos, por exemplo – o imposto territorial, o imposto de renda – e não obstante o *sales-tax* não obedece a isso. Aqui, também, nós podíamos inventar.

Enfim, há muitos mecanismos. O Governo Federal quer a reforma tributária, vai dialogar diretamente com o Congresso Nacional. Vou designar alguém do Governo – já conversei ontem com os Ministros das áreas pertinentes, e não com todos – para designar quem vai ser o interlocutor. Porque é preciso ter um interlocutor do Governo, para que isso possa se encaminhar.

O Governo não vai deixar de, dentro dos limites constitucionais – portanto, sem interferência federativa – assumir a liderança da reforma tributária. Precisa do apoio do Congresso, precisa do apoio da sociedade. Esse assunto tem que ser debatido em nível global – global, da sociedade – para que possa avançar e para que possamos caminhar.

Senhor Presidente, Senhores e Senhoras. Como vêem, a nossa agenda, para que a indústria possa continuar a ser, como eu penso que é, parte fundamental desse novo panorama que se abre no fundo, é rica, está posta e encontrará em mim disposição para, juntos, caminharmos na direção dela.

Temos todas as condições, a despeito do que já mencionei aqui, das trepidações, das turbulências financeiras pelas quais estamos passando – mas já se vê luz no fim do túnel – de continuar no caminho da estabilidade. Porque não podemos perder nunca de vista que por importante que seja a reforma tributária, por importante que seja o crescimento econômico, o nosso compromisso moral, maior, é com o povo mais pobre deste país.

Então, temos que estar sempre lutando com um olho na questão social. Temos que estar sempre vendo que quando defendo a estabili-

dade contra a inflação é porque a população aprendeu que a inflação é o maior dano para ela, porque não dá previsibilidade no orçamento, não dá a capacidade de aumentar, ainda que seja marginalmente, seu consumo. Não dá um horizonte de vida melhor. Quando se luta pela estabilidade, está-se lutando pelo mais pobre.

Mas, também, devo lhes dizer que nesses ajustes que o Congresso propiciou – e o Governo Federal tem, hoje, tranqüilidade em afirmar que vai criar o superávit fiscal prometido, de 3% do PIB, o que é muitíssimo, para uma economia em relativa depressão, três, é muito – o Congresso nos deu elementos para isso. Mas nós não vamos fazê-lo – e olho ali, para o Banco Mundial, e já vejo o reparo – sem prestar muita atenção à rede de proteção social que um país como o Brasil não pode dispensar.

Haverá, aí, permanentemente, um olho, para saber se os programas que chegam na ponta da população mais pobre vão ou não ser atingidos. E não podem ser atingidos. Podem, no caminho, porque há muito desperdício nos meios. E aí dá para cortar. Mas nos fins, não.

E muita gente que fala em cortar mais não sei quantos pontos do PIB, é porque nunca sentou numa cadeira, responsabilmente, para tomar decisões, não sabe que a decisão afeta o povo. E, quando afeta o povo, é mais doença, é mais mortalidade infantil, é mais dificuldade concreta da população. E há limites para isso. Há limites para isso. O mercado emite os sinais, mas o governo corrige esses sinais. E põe os limites, também, para essa espécie de voracidade para que o governo corte, corte e corte.

Vamos fazer os 3% do PIB. Faremos o que for necessário, para manter a estabilidade, para combater a inflação, para garantir que a proporção dívida-PIB seja decrescente e se mantenha num nível estável. Mas faremos isso, também, com a consciência moral de que nós estamos dirigindo um país, que é um país muito desigual, em que as populações mais pobres não podem suportar custos além de certo limite.

Não digo essas palavras finais como quem está dizendo: “Olha, cuidado, que não vai ser feito nada”. Não, nós vamos fazer, estamos fazendo o ajuste fiscal. E vamos fazer. Não tenho nenhum receio em

fazê-lo. Já demonstrei que não tenho temor, quanto à questão de popularidade, porque isto, assim, como vai, vem. E, além do mais, quem está no seu segundo mandato tem que pensar é no País. Tem que pensar é a herança que deixa para a sua História e não nos humores dos que estão próximos ou longínquos ou daqueles que, com tanta facilidade, podem usar as palavras, imaginando que afetam a estabilidade emocional de quem comanda.

Não sei se por bem ou por mal, sou otimista. Não sei se por bem ou por mal, sou muito resistente. Não que seja contra as críticas, mas o “couro” é duro, e tenho convicções. Estou no Governo da República porque tenho convicções. Saí da universidade. Os aqui presentes sabem que não tenho outras ligações com a sociedade brasileira, que não sejam as da universidade. E dela saí para a vida política por circunstância de luta contra um regime autoritário. Presidente da República já pela segunda vez. Não tenho por que mudar de convicções. Estamos no caminho certo.

O Brasil vai crescer, vai dar apoio à indústria, terá estabilidade, mas não vai esquecer do seu povo, que é o bem maior que nós temos.

Muito obrigado.